IGREJA, POLÍTICA, ECONOMIA E ECOLOGIA INTEGRAL NO PONTIFICADO DO PAPA FRANCISCO

Sergio Esteban González Martínez¹
Vidal Valentin Cantero Zapattini²
Jairo de Jesus Menezes³

RESUMO

Este trabalho ressalta a importância da missão da Igreja no âmbito social através da participação da política, da economia e da ecologia, em prol do bem comum e do cuidado dos frágeis e vulneráveis da sociedade. Cada membro da realidade social, por meio da sua identidade e função, sente-se chamado a colaborar no desenvolvimento das nações e povos, sem perder o sentido amplo desse termo nem o reduzir na mera lucratividade. A luz do pontificado do Papa Francisco este escrito coloca algumas luzes para a fraternidade e amizade social, em benefício de uma nova sociedade que valorize toda a criação, isto é, os seres humanos, as culturas e, especialmente, a natureza que manifesta a beleza do Criador nos seus recursos variados e limitados.

Palavras-chave: Igreja. Política. Economia. Ecologia integral. Amizade social.

ABSTRACT

This paper highlights the importance of the Church's mission in the social sphere through the participation of politics, economy, and ecology, for the common good and the care of the fragile and vulnerable in society. Each member of the social reality through its identity and function is called to collaborate in the development of nations and people, without losing the broad sense of this term or reducing it to mere profitability. In the light of Pope Francis' pontificate, this writing puts some light for fraternity and social friendship for the benefit of a new society that values all of creation, that is, human beings, cultures, and especially nature, which manifests the beauty of the Creator in its varied and limited resources.

Keywords: Church. Politics. Economy. Integral ecology. Social friendship.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade moderna enfrenta desafios complexos num sistema que fomenta o individualismo e o consumismo, esta realidade torna as relações mais superficiais e

¹ Pós-graduando Lato Sensu em Espiritualidade e em Psicanálise no Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL). Graduado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Integrante do grupo de pesquisa Teologia e Cultura da PUC-SP e Fratelli Tutti da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: sergioestebangonza@gmail.com.

² Pós-graduado Lato Sensu em Didáctica Universitária na Universidad Nacional de Asunción (UNA) e Psicanálise Clinica no Kadmon, Sociedade Brasileira de Psicanálise e Coaching. Graduado em Derecho pela Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC) e em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Integrante do grupo de pesquisa Teologia e Cultura da (PUC-SP). E-mail: abvican@gmail.com.

³ Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal) e professor de Filosofia e Teologia da Universidade Católica do Salvador. E-mail:jjmenezes4163@gmail.com.

fragmentadas. O contexto eclesial ao estar inserido na sociedade sofre os efeitos deste sistema que tende a dominar o agir cristão desviando-o do seu centro que é o Reino de Deus. A Igreja para enfrentar este desafio precisa criar pontes e dialogar com toda a realidade: social, política, econômica e ecológica; só a luz da participação de todas as partes da sociedade em benefício do bem comum poderá encontrar caminhos de construção da paz social. Cada um destes setores – que possui uma forma de ser, uma visão e missão – poderá a partir da sua identidade colaborar para a fraternidade e amizade social.

A finalidade da participação de todos os setores sociais é o cuidado dos frágeis e vulneráveis da sociedade, provendo as condições necessárias para o seu desenvolvimento integral humano. Para essa missão necessita-se colocar no diálogo um projeto em conjunto, que seja do interesse de todos: o bem comum; esse trabalho que é a longo prazo implica a superação de diversos conflitos que podem acontecer no caminho. A Igreja dentro desse movimento deve envolver-se no âmbito social, político e econômico a luz do seu modo de ser e inspirada na caridade. Entre os setores vulneráveis encontra-se os pobres, marginalizados, excluídos, migrantes, toxicodependentes, idosos, jovens, mulheres, nascituros, os que sofrem todo tipo de tráfico, e toda a criação. Eles são vítimas de um sistema que possui como critério máximo, o lucro, mesmo em detrimento do bem humano e ecológico.

A natureza dentro desse setor vulnerável é destacada ao ser vítima de uma economia que utiliza a palavra "desenvolvimento" fora do seu sentido amplo, centrando seu foco só no lucro em custa da destruição dos bens naturais limitados. Para combater este sistema precisa-se compreender a importância do trabalho em conjunto e da participação ao todo estar interligado, "a consciência de sermos uma comunidade mundial que viaja no mesmo barco, em que o mal de um prejudica a todos. Recordamo-nos de que ninguém se salva sozinho, de que só é possível salvarnos juntos" (FT, n. 32). O Papa Francisco ressaltando a consciência de unidade, destaca que a sociedade, a Igreja, a política, a economia e a ecologia – na figura dos seus representantes e membros – devem além do bem particular colocar como fim primordial o bem comum; para assim, cuidar dos frágeis e vulneráveis da sociedade, em especial, a natureza, criação de Deus.

2. IGREJA E SOCIEDADE

Jesus Cristo – sacramento do Pai – anunciou o projeto de Deus durante o seu peregrinar na terra e chamou seus discípulos, formando-os na continuidade desse projeto salvífico. Assim, a missão da Igreja centra-se no anúncio do Reino de Deus em todos os lugares e a todas as pessoas; ao ser uma única missão, os discípulos missionários não manifestam outro projeto distinto, senão, o mesmo do Mestre. Anunciar o desígnio de Deus que une o gênero humano numa só família e que – ao mesmo tempo – salva a toda a humanidade, é consequência da caridade do Pai, "a realização do desígnio universal de Deus de salvar toda a humanidade é fruto da bondade e da providência divinas" (AG, n. 3). Desta maneira, falar de Igreja é mencionar a comunidade de discípulos missionários chamados ao seguimento de Jesus Cristo na dinâmica do Espírito Santo para a vivência da fé no anúncio do projeto do Pai que salva e convida a todos a considerar-se uma só família humana.

A Igreja está intimamente ligada à comunhão dos discípulos missionários no mesmo projeto, esta união é consequência da ação do Espírito Santo que impulsionando à missão. Por isso, Igreja e missão não são consideradas realidades isoladas ou opcionais, quem é chamado no seguimento de Jesus Cristo, necessariamente vive em comunidade, realiza a sua missão e busca a sua realização nela, "a pessoa não pode encontrar plena realização somente em si mesma, prescindindo do seu ser <com> e pelos <outros>" (CDSI, n. 165). Sendo assim, não pode pensar-se uma Igreja sem missão ou discípulos sem comunhão. Embora isto pareça obvio, a sociedade individualista e fragmentada que convida a viver uma fé intimista e sem compromisso comunitário e social, está inserida no contexto eclesial; este pensamento seduz os cristãos para viverem uma relação com Deus sem contato nem compromisso com o semelhante, "hoje, vendo corajosamente o que se passa ao nosso redor, também em nossas igrejas, temos a impressão de que as pessoas perderam um elemento que as identifica como participantes da natureza humana" (OLIVEIRA, 2013, p. 13).

A mentalidade individualista inserida no contexto eclesial impede relação não só com o semelhante, senão também, com toda a criação, convidando fundamentalmente a satisfazer necessidades supérfluas à custa da dignidade humana e do cuidado e respeito da natureza. Sendo assim, esta estrutura que centra o poder econômico nas mãos de poucos, isolando os mais frágeis, utiliza a palavra "desenvolvimento" também de maneira fragmentada. Esse termo tirado do seu significado amplo é reduzido ao nível econômico com o objetivo especificamente

lucrativo, provocando em nome do lucro, mais desigualdade, divisão e individualismo na sociedade. São Paulo VI já comentava sobre esta realidade problemática que afeta até a natureza, "apresentando-a como uma crise que é <consequência dramática> da atividade descontrolada do ser humano" (LS, n. 4). Por este motivo, antes de mencionar a proposta de Igreja em saída do Papa Francisco precisamos retomar as palavras de São Paulo VI que auxilia na compreensão do termo desenvolvimento humano integral.

Paulo VI tinha uma visão articulada do desenvolvimento. Com o termo "desenvolvimento", queria indicar, antes de mais nada, o objetivo de fazer sair os povos da fome, da miséria, das doenças endêmicas e do analfabetismo. Isto significava, do ponto de vista econômico, a sua participação ativa e em condições de igualdade no processo econômico internacional; do ponto de vista social, a sua evolução para sociedades instruídas e solidárias; do ponto de vista político, a consolidação de regimes democráticas capazes de assegurar a liberdade e a paz (CV, n. 21).

A visão de São Paulo VI com relação ao desenvolvimento proporcionou à Igreja retomar a importância da sua missão social no anúncio do Reino de Deus, ela inserida e em diálogo com a realidade busca espaços de desenvolvimento integral do ser humano. Sendo assim, anunciar o Evangelho é em primeiro lugar conhecer a identidade da Igreja para dialogar com a sociedade, a política e a Estado, em prol da construção de uma sociedade pacífica e participativa. Isto implica percorrer o sentido amplo do termo desenvolvimento para cuidar dos pobres e vulneráveis, proporcionando os mecanismos necessários para seu desenvolvimento a fim de buscar a participação ativa das pessoas e povos no movimento social, político e econômico. A finalidade sempre é a participação, fruto de um verdadeiro desenvolvimento que produz paz social, "uma paz que não surja como fruto do desenvolvimento integral de todos, não terá futuro e será sempre semente de novos conflitos e variadas formas de violência" (EG, n. 219).

À luz do desenvolvimento integral humano mencionado por São Paulo VI – tarefa desafiante ao implicar um olhar complexo dos discípulos missionários – na dimensão social da missão, pode-se introduzir a ideia de Igreja em saída do Papa Francisco. Sair para as periferias geográficas e existenciais em busca daqueles que se encontram na beira do caminho é missão da Igreja. O termo saída – proposta pelo Sumo Pontífice – ressalta a palavra comunidade, sair não corresponde uma missão isolada ou individual, senão, um compromisso comunitário; é o conjunto de discípulos missionários na dinâmica do Espírito que sai em busca daqueles que estão excluídos

para tornar a realidade social um lugar onde o Reino de Deus consiga transformar a sociedade respeitando o valor e a dignidade de toda pessoa e povo, "um espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos" (EG, n. 180).

Saiamos, saiamos para oferecer a todos a vida de Jesus Cristo! Repito aqui, para toda a Igreja, aquilo que muitas vezes disse aos sacerdotes e aos leigos de Buenos Aires: prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas a uma Igreja enferma pelo fechamento e pela comodidade de se agarrar às próprias seguranças. Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro, e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos (EG, n. 49).

Uma Igreja acidentada, ferida e enlameada como consequência de uma saída manifesta o compromisso com o Reino de Deus, só quem está em movimento criando relação e diálogo pode ver na figura do próximo à imagem e semelhança de Deus. Arriscar-se e sair implica um apaixonamento pelo Evangelho que convida a transformar a realidade na dinâmica comunitária. Repetindo novamente que uma verdadeira saída não se reduz numa tarefa individual, senão, eclesial, em busca da amizade social. Em prol do amor universal e do bem comum, a comunidade de discípulos missionários unidos no mesmo seguimento de Jesus Cristo busca o desenvolvimento integral de todas as partes da sociedade, partindo principalmente do setor vulnerável. É fundamental a identificação de um elemento para viver a dinâmica de Igreja em saída: o valor de cada vida, independentemente da sua realidade, este reconhecimento edificará a construção de uma verdadeira fraternidade, "para caminhar rumo à amizade social e à fraternidade universal, há que fazer um reconhecimento basilar e essencial: dar-se conta de quanto vale um ser humano, de quanto vale uma pessoa, sempre e em qualquer circunstância" (FT, n. 106).

3. POLÍTICA E ECONOMIA

A Igreja em diálogo com a sociedade, a política e a economia, busca o desenvolvimento integral humano, olhando o bem comum de todos os grupos e setores sociais; essa missão requer da Igreja abertura para a participação da comunidade política e econômica no projeto em comum, a fim de buscar a superação dos problemas relacionados ao âmbito social. Esse diálogo conota preparação por parte da comunidade de fé, os membros da Igreja necessitam conhecer a sua identidade e missão para não perder a sua raiz no diálogo com a política e a economia; a consideração do seu modo de ser e da sua função no mundo não devem ser misturadas na sociedade. O reconhecimento destes fatores é fundamental na garantia

do respeito da autonomia e da independência na colaboração para o bem comum, a Doutrina Social da Igreja afirma com relação ao diálogo entre a Igreja e a política que, "ambas com estruturas organizadas visíveis, são de natureza diversa quer pela sua configuração, quer pela finalidade que perseguem" (CDSI, n. 424).

A missão de dialogar: Igreja, sociedade e política em prol do bem comum precisa da participação da comunidade econômica na construção da paz social para que os bens matérias, os recursos naturais e os serviços oferecidos não se concentrem nas mãos de poucos, excluindo o setor vulnerável. É propício acrescentar que a acumulação dos bens de maneira desigualitária e desequilibrada tira do centro o ser humano ao não proporcionar as condições necessárias para o seu devido desenvolvimento integral, condição necessária que possibilita a participação no tecido social, sem esses recursos não acontece uma verdadeira participação, "para o bem da sociedade, deve-se respeitar e promover a dignidade da pessoa, na integridade de sua vocação, também nas esferas econômica e social, pois o ser humano é o autor, o centro e o fim de toda a vida econômico-social" (GS, n. 63).

À luz da importância do diálogo pode-se compreender o pontificado do Papa Francisco que busca criar pontes para unir todo o gênero humano numa só família, respeitando cada pessoa e cada nação, sem perder a noção do conjunto. Esse diálogo implica considerar a política e a economia como elementos essenciais para a construção da paz, componentes que edificam uma nova cultura baseada na amizade social e na fraternidade humana. Torna-se necessário mencionar que a arte de dialogar necessita de preparação; conhecimento de identidade; capacidade de escuta constante; respeito ao diferente; busca de informações verdadeiras; abertura para o trabalho em conjunto; mesmo objetivo: o bem comum; e por sobretudo, valentia para saber lidar com o conflito, em vista que, este "não pode ser ignorado ou dissimulado; deve ser aceito" (EG, n. 226). A maneira de identificar um diálogo sincero e participativo é pela presença do conflito, ele coloca em evidência a participação de diferentes partes, o esforço em uni-las num projeto, o bem comum. É necessário destacar que o contato com o diferente confronta e, ao mesmo tempo, enriquece o encontro tornando-o forte, diverso e dinâmico.

Reconhecer todo ser humano como um irmão ou uma irmã e procurar uma amizade social que integre a todos, não são meras utopias. Exigem a decisão e a capacidade de encontrar os percursos eficazes que assegurem sua real possibilidade. [...] Com efeito, um indivíduo pode ajudar uma pessoa necessitada, mas, quando se une a outros para gerar processos sociais de fraternidade e justiça para todos, entra

no 'campo da caridade mais ampla, a caridade política'. Trata-se de avançar para uma ordem social e política, cuja alma seja a caridade social (FT, n. 180).

A Carta Encíclica do Papa Francisco *Fratelli Tutti* menciona a amizade social e a fraternidade como frutos da caridade política, este documento ajuda a tomar consciência na busca de espaços no âmbito político para a integração de todos os membros da sociedade, partindo do mais fraco e vulnerável. Desta maneira, como no anúncio do Evangelho, a prática da caridade não se reduz ao âmbito pessoal, ao possuir caráter e consequência social. A união de forças e a participação num projeto comum para benefícios de todos, potencializa as obras sociais, podendo dessa maneira, chegar a lugares que muitas vezes sozinhos não se consegue. Mas, para que este projeto entre política é Igreja seja eficaz precisa-se criar consciência na comunidade de fé que elas não são inimigas; para isso, necessita-se compreender que a política, "tão denegrida, é uma sublime vocação, é uma das formas mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum" (EG, n. 205).

A caridade deve percorrer toda a realidade social, política, econômica e eclesial, ela conota amadurecimento pessoal, social e religioso ao implicar um olhar além da própria realidade pessoal e grupal, para uma visão ampla onde toda a sociedade forme parte. A mentalidade individualista de uma sociedade fragmentada impede valorizar e aplicar a caridade no âmbito político, social e econômico ao não possuir a capacidade de bem comum. Entende-se bem comum como, "o conjunto daquelas condições da vida social que permitem aos grupos e a cada um dos seus membros atingirem de maneira mais completa e desembaraçadamente a própria perfeição" (CDSI, n. 164). Sendo assim, a construção de uma sociedade pacífica e fraterna com a finalidade no bem comum dependerá da prática da caridade, ao ser ela o centro do âmbito social que inspira o agir político e econômico.

A caridade pressupõe justiça ao ser inspiração para as legislações que regulam as relações humanas, estas normas não devem estar regidas sem a presença da caridade porque pode provocar futuros conflitos na sociedade em vista que, nas suas bases não existe o respeito à condição humana e ao seu respectivo desenvolvimento. A Doutrina Social da Igreja esclarece ante esta realidade que, "nenhuma legislação, nenhum sistema de regras ou de pactos conseguirá persuadir homens e povos a viver na unidade, na fraternidade e na paz, nenhuma argumentação poderá superar o apelo da caridade" (CDSI, n. 207). Desta maneira, evidencia-se que a caridade é o elemento

fundamental em todo agir social, político e econômico ao implicar a superação da própria justiça, "a caridade supera a justiça, porque amar é dar, oferecer ao outro do que é 'meu'; mas nunca existe sem a justiça, que induz a dar ao outro o que é 'dele', o que lhe pertence em razão do seu ser e do seu agir" (CV, n. 6).

A atividade econômica não pode resolver todos os problemas sociais através da simples extensão da lógica mercantil. Esta há de ter como finalidade a prossecução do bem comum, do qual se deve ocupar também e sobretudo a comunidade política. Por isso, tenha-se presente que é causa de graves desequilíbrios separar o agir econômico – ao qual competiria apenas produzir riqueza – do agir político, cuja função seria buscar a justiça através da redistribuição Desde sempre a Igreja defende que não se há de considerar o agir econômico como antissocial (CV, n. 36).

O vínculo relacional entre economia e política é fundamental para o bem comum da sociedade, cada uma possui uma função essencial na dinâmica social que deve estar interligada. A atividade econômica destina-se à produção dos bens materiais, proporcionando as riquezas necessárias para o consumo na sociedade e a atividade política por sua vez – inspirada na caridade e na justiça – organiza a distribuição desses bens no tecido social. Sem a política, a economia se centraria na mera produção dos bens, esquecendo o devido cuidado na distribuição equitativa desses recursos. O agir político sem a economia não teria os produtos necessários para distribui-los na sociedade. Sendo assim, essas duas desempenham uma função importante que deve ser respeitada, sem submeter-se uma sobre a outra, "a política não deve submeter-se à economia" (LS, n. 189).

4. ECOLOGIA INTEGRAL

O termo desenvolvimento integral humano mencionado por São Paulo VI e destacado na Carta Encíclica *Caritas in Veritate* de Bento XVI, que convida a reflexionar o diálogo existente entre Igreja, política, economia e sociedade; exorta a refletir a influência de uma visão econômica fragmentada, sem relação com a atividade social e política. O perigo de uma economia que domine a política, também atenta contra a ecologia, o fruto dessa crise ecológica centra-se no agir humano, "para nada serviria descrever os sintomas, se não reconhecêssemos a raiz humana da crise ecológica" (LS, n. 101). Uma economia isolada e desenfreada produz danos aos recursos naturais limitados, tornando vulnerável a própria criação. Também a natureza é vítima dos interesses mesquinhos do sistema que utiliza o paradigma tecnocrático,

dominando – além da economia e política – a ecologia, "o paradigma tecnocrático tende a exercer o seu domínio também sobre a economia e a política" (LS, n. 109).

O Papa Francisco ao destacar que os discípulos missionários devem viver a dinâmica de serem uma Igreja em saída – em busca daqueles que estão nas periferias geográficas e existências – impele ao cuidado e à proteção do ser humano, essa missão estende-se a toda a criação. A natureza ao formar parte dos frágeis e vulneráveis da sociedade deve ser colocada no centro para o seu cuidado, dessa maneira protegê-la do sistema capitalista e tecnocrático que domina, explora e exclui, "há outros seres frágeis e indefesos, que muitas vezes ficam à mercê dos interesses econômicos ou de um uso indiscriminado. Refiro-me ao conjunto da criação" (EG, n. 215). Sendo assim, para conseguir proteger o setor vulnerável, precisa-se identificar a verdadeira crise, evitando fragmentar a realidade problemática, "não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental" (LS, n. 139).

A ecologia estuda as relações entre os organismos vivos e o meio ambiente onde se desenvolvem. E isso exige que se pare para pensar e discutir acerca das condições de vida e de sobrevivência de uma sociedade, com a honestidade de pôr em questão modelos de desenvolvimento, produção e consumo. Nunca é demais insistir que tudo está interligado. O tempo e o espaço não são independentes entre si; nem os próprios átomos ou as partículas subatômicas se podem considerar separadamente (LS, n. 138).

O reconhecimento do elemento de estudo da ecologia convida a repensar o agir social com relação à economia e política, ao todo estar interligado e conectado não se pode prescindir da concepção participativa dos membros da sociedade, a unidade em prol do bem comum é o instrumento de combate contra a mentalidade capitalista e lucrativa. Ao todo ser dependente, a resposta contra um sistema social injusto deve ser integral, com participação e colaboração de todas as partes envolvidas no desenvolvimento: política, sociedade, economia e ecologia. Isto introduz a ideia de ecologia integral que, "inclua claramente as dimensões humanas e sociais" (LS, n. 137). Esse termo conota além dos elementos mencionados: economia, sociedade e política; a própria cultura que exorta a repensar a ecologia cultural, "a ecologia envolve também o cuidado das riquezas culturais da humanidade, no seu sentido mais amplo" (LS, n. 143); e a ecologia humana que convida refletir a ideia que, "também o homem possui uma natureza, que deve respeitar e não pode manipular como lhe apetece" (LS, n. 155).

5. CONCLUSÃO

A sociedade ao buscar o seu desenvolvimento deve considerar o sentido amplo dessa palavra para que o crescimento humano e social seja integro e proporcional, a redução na dimensão meramente econômica baseada no lucro degrada o desenvolvimento integral humano, ocasionando na sociedade uma distribuição desequilibrada dos bens necessários para o desenvolvimento real das pessoas e dos povos. O centrar-se meramente no lucro – além de tirar a condição humana do centro – afeta o cuidado da natureza, vítima do sistema tecnocrático dominador. A Igreja em diálogo com os setores sociais, políticos, econômicos e ecológicos está chamada a buscar espaços para desenvolver uma verdadeira proteção da natureza, retomando a sua missão originária de cuidar a criação de Deus.

O pontificado do Papa Francisco orienta nossa visão de mundo afirmando que ao sermos todos uma família humana vivemos numa casa comum, a natureza ao ser irmã dos seres humanos forma parte dessa casa e deve ser olhada também como membro dela, a fim de ocupar o lugar que merece dentro da família. Desta maneira, o Sumo Pontífice ressalta na sua Carta Encíclica *Laudato Si'* sobre o cuidado da casa comum que, "esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos pensando que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la" (LS, n. 2). Sendo assim, a Igreja inserida na realidade social, política, econômica e ecológica está chamada a cuidar da natureza como casa comum, criando pontes e olhando o bem de todos os integrantes do planeta terra.

REFERÊNCIAS

BENTO XVI. Carta Encíclica *Caritas in Veritate* sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. Brasília: Edições CNBB, 2009.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. Constituição pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje. In: Vaticano II: Mensagens, discursos e documentos. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

_____. Decreto *Ad Gentes* sobre a atividade missionária da Igreja. In: Vaticano II: Mensagens, discursos e documentos. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

OLIVEIRA, J. L. M. Viver em comunidade para a missão: um chamado à Vida Religiosa Consagrada. São Paulo: Paulus, 2013.

PAPA FRANCISCO. Carta Encíclica Fratelli Tutti sobre a fraternidade e a amizade social. São
Paulo: Paulinas, 2020.
Carta Encíclica <i>Laudato Si'</i> sobre o cuidado da casa comum. São Paulo:
Paulus/Loyola, 2015.
Exortação Apostólica <i>Evangelii Gaudium</i> sobre o anúncio do Evangelho no mundo
atual. São Paulo: Paulus/Loyola, 2013.
PONTIFÍCIO CONSELHO "JUSTIÇA E PAZ". Compêndio da Doutrina Social da Igreja. 7. ed.
São Paulo: Paulinas, 2011.